

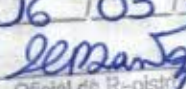
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL - EXTRAORDINÁRIA -

No dia 28 de setembro de 2016, no auditório da Sociedade Semear, situado na Rua Leonardo Leite, nº 148, São José- Aracaju/SE, presente se encontravam diretores e filiados do SINDIJUS – Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado de Sergipe para se reunirem, extraordinariamente, em Assembleia Geral. Às 16:00 horas, foi aberta a reunião que tinha como pauta debater e deliberar sobre o seguinte assunto: 1 – Definição da pauta de reivindicações da campanha salarial. Declarada aberta a reunião da Assembléia Geral extraordinária, foi feita a leitura da ata da Assembleia anterior, sendo aprovada pelos presentes. Em seguida, a Diretoria Executiva propôs método de condução, de deliberação e de formulação de propostas de encaminhamento, tendo sido aprovado pela Assembléia que a Diretoria daria os informes e apresentaria a sua avaliação sobre cada um dos pontos da pauta, o que seria seguido dos respectivos debates para exposições e eventuais propostas de encaminhamento dos demais filiados e, imediatamente após, seriam submetidos à deliberação. Ato contínuo, a direção do sindicato iniciou a assembleia solicitando que os presentes fizessem um minuto de silêncio em homenagem ao servidor Gilberto Francisco de Santana, Escrivão da 1ª vara Cível e Criminal de Tobias Barreto, em razão do seu falecimento. A direção do sindijus também fez uma breve explanação sobre a conjuntura nacional e os riscos de perda de direitos para a classe trabalhado, tais com o PLP 257/16, a PEC 241, reforma da previdência e reforma trabalhista. Foi feito relato sobre os últimos encaminhamentos relacionados ao processo das URVs, como a disponibilização de ferramenta para os credores que não eram filiados na época do ingresso do processo, entrarem com novas ações através do Escritório de Cassel & Ruzarrin. Foi realizado informe acerca da tentativa frustrada de mudança na LDO que pretendia transferir para os poderes o computo com os gastos com a folha de pagamento dos aposentados. Ato contínuo, foi relatada a atuação do sindijus e da CUT em relação dos atrasos de salários. A direção do sindicato informou que foi encaminhado ofício ao TJSE solicitando informações sobre o pagamento de indenizações à magistratura, e até o momento não obteve resposta. Feito breve relato das últimas reuniões com a Presidência do TJSE, e a sinalização do Presidente em avançar nas discussões somente através de auxílios e não no salário base dos servidores, como também solicitação por parte da diretoria do sindicato de posicionamento do Presidente em relação às propostas sobre mudança do horário ordinário. Ato contínuo, após os informes a diretoria avaliou que a categoria deve ter um posicionamento contrário às propostas de retirada de direitos que tramitam no Congresso Nacional, como também aos atrasos de salários, mantendo um processo de resistência através das articulações com outras entidades sindicais. Avaliou que é preciso cobrar garantias de retorno dos créditos para o FUNPREV, após medida aprovada na Assembleia Legislativa que aprovou a retirada de parte dos recursos desse fundo superavitário. Ato contínuo, foi apresentado mote da campanha salarial de 2016, tendo como ideia central o contraste dos benefícios para a magistratura e a falta de respeito para com os direitos dos servidores. Por fim, após vários debates e propostas apresentadas, os servidores decidiram que: **1) Vencimento Base:** reajuste 2015 - reajuste de 4,78% no vencimento base de todos os servidores efetivos, com pagamento da diferença ainda no exercício de 2016, em parcelas mensais a ser integralmente aplicado até dezembro; **Vencimento Base:** reajuste 2016 - reajuste de 9,6% no vencimento base de todos os servidores efetivos da ativa e aposentados (referente ao INPC acumulado dos últimos 12 meses); **2) Auxílio Alimentação:** reajuste de 9,6% (referente ao INPC acumulado dos últimos 12 meses); **3) Auxílio Saúde:** reajuste de 13,57% baseado no percentual proposto pela Agência Nacional de Saúde (ANS) para todos os servidores até 59 anos de idade e 15% para



os servidores acima de 60 anos, da ativa e aposentados. 4) **Criação do Auxílio de Incentivo Funcional:** para todos os servidores efetivos, excetuando aqueles que estejam em exercício de cargos em comissão e função de confiança, requisitados e cedidos a outros órgãos. 5) **Carreira:** elevação dos níveis/letras bianuais de 2 para 3% nas carreiras de Técnicos e Analistas. 6) **Adicional de Qualificação:** elevação dos percentuais do adicional de qualificação (AQ), da seguinte forma, incidindo sobre o Vencimento Básico: Pós-graduação de 8% para 30%; Mestrado de 12% para 52%; Doutorado de 20% para 75; Ações de Treinamento de 3% para 9%. 7) **Treinamentos:** pagamento permanente do Adicional de Qualificação originado das Ações de Treinamentos. 8) **Adicional de Graduação:** criação do Adicional de Graduação de 20% para os Agentes e Técnicos Judiciários que possuem formação em nível superior. 9) **Incentivo a estudos:** ajuda de custo para subsidiar investimento no curso de graduação dos Agentes e Técnicos Judiciários. 10) **Gratificação de Atividade Externa (GAE):** extensão da GAE para os Analistas de Serviço Social, Psicologia e Engenharia Civil e aos Comissários de Menores designados para atividades externas. 11) **Indenização de transporte:** reajuste da indenização de transporte dos Oficiais de Justiça e Técnicos que executam mandados. 12) **Gratificação de Estímulo à Interiorização (GAI):** aumentar percentuais da GAI (ref.: tabela de valores do MPSE); 12) **Cargos em Comissão:** reduzir gastos e quantidade de cargos em comissão e funções de confiança; 13) **Auxílio Moradia:** fim do pagamento do auxílio moradia e respectivos retroativos; 14) **Capacitação:** disponibilizar mais cursos para áreas específicas; 15) **Capacitação:** Regularizar liberação dos servidores para participação em cursos; 16) **Alojamentos:** disponibilização de alojamentos para os servidores do interior. 17) **Quadro de servidores:** recomposição do quadro de servidores com convocação dos candidatos classificados no concurso. 18) **Fóruns no interior:** reativação dos fóruns fechados nas cidades do interior do estado. 19) **Direito de Greve:** negociação das faltas provenientes do exercício do direito de participação em paralisações/greves em campanhas salariais. Nada mais havendo, foi declarada encerrada a reunião. Eu, Gilvan Tavares dos Santos Coordenador da Secretaria Geral, lavrei a presente ata.


Gilvan Tavares dos Santos
Coordenador da Secretaria Geral

CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO Vânia Elise de C. Paixão Santos Oficial	Registrado em 16/03/2017
	no livro 8.380 às fls. 144 e 147
	sob o nº 95812
	Protocolado no livro 8.380
ESCRIVENTE Regina Cavalcini Pardo Santos Região de Trânsito e Documentos Região de Passagem Judicial Rua Chapéu, 55 Aracaju - SE Fone: (79) 3214-4818	sob o nº 95812
	do dia 16/03/2017
	Aracaju
 Oficial de Registro	

